

**Relatório de participação – Flávia Lefèvre Guimarães – representante 3º Setor no CGI.br**

**CITEL – Comissão Interamericana de Telecomunicações – 33ª. reunião do Comitê Consultivo Permanente e do Grupo de Trabalho Preparatório de Conferências – 20 a 24 de agosto de 2018 – Washington**

Esta reunião teve o objetivo de fechar propostas dos países americanos a serem apresentadas e discutidas na reunião de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (UIT) que ocorrerá de 29 de outubro a 16 de novembro deste ano.

**I - Seminário ISOC – Diálogo Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet**

No dia 20 de agosto, antes do início das reuniões da CITEL, ocorreu o seminário organizado pela ISOC com vistas a levantar reflexões a respeito do caráter multissetorial da governança da Internet.

Essa discussão se faz bastante oportuna, especialmente como introdução à reunião da CITEL, na medida em que uma série de propostas de resoluções apresentadas por diversos países, inclusive pelo Brasil, têm como objeto temas relacionados à Internet, que têm sido cada vez mais abordados pela atuação regulatória da UIT.

Como exemplo, há a proposta de modificação da Resolução 102, que durante a reunião foi aprovada como Proposta Interamericana (IAP) 33, a ser levada para a PP-18, que trata da “Função da UIT com respeito às questões de política pública internacional relacionadas com a Internet e a gestão dos recursos de Internet, incluindo os nomes de domínio e endereços”, entre outras propostas que tratam de privacidade, segurança cibernética e inteligência artificial.

Estamos num momento em que a missão da UIT que corresponde a infraestrutura de telecomunicações está em fase de ampliação para contemplar também questões de Internet.

Ocorre que a UIT se caracteriza por ser um organismo multilateral, onde prevalece a posição de governos, com espaço reduzidíssimo para a

participação da sociedade civil, que termina por ocorrer por vias indiretas, como no caso do Brasil.

As falas foram bastante ilustrativas quanto às disputas sobre temas de governança da Internet entre fóruns multissetoriais, multilaterais e governamentais.

Como exemplo, podemos citar a fala de Pablo Bello da ASIET, propondo que se traga para os governos a discussão de políticas públicas de Internet, incluindo privacidade, proteção de dados pessoais, segurança cibernética entre outros, justificando que nos espaços como o Internet Governance Forum os debates não passariam de “conversas” sem maiores consequências.

E, fazendo contraponto a esta abordagem, veio a fala de Rodrigo De La Parra, representando a ICANN, no sentido de que é preciso mais do que fazer consultas públicas para definir regras num processo multissetorial. Defendeu que para definir princípios básicos a serem seguidos é preciso reconhecer valor nos interesses das múltiplas partes, de modo a envolvê-las para de fato resolver problemas. Citou como exemplo a experiência da transição IANA no contexto da ICANN / EUA.

Os caminhos propostos para resolver o impasse foram no sentido de melhorar a integração entre os diferentes fóruns que tratam da governança da Internet, bem como a criação de plataformas regionais para promoção de diálogos permanentes e, a partir daí, levar os resultados para os espaços regulatórios tradicionais, de modo que os governos nacionais possam internalizar as medidas, de modo a terem enforcement sobre os temas de Internet.

Pronunciaram-se nesse sentido Yolanda Martinez do México, Santiago Reyes do Canadá, Silvana Guideti da ENACON e Ana Lúcia Lenis da Google.

Entretanto, não houve questionamentos quanto o foco de atribuições da União Internacional de Telecomunicações como um problema para que os temas relacionados a Internet e direitos fundamentais fossem tratados naquele fórum.

Ainda no âmbito do workshop, tivemos uma dinâmica interessante reunindo grupos com base na língua. No grupo de língua portuguesa ficaram representantes da ANATEL, empresas do setor de telecomunicações, Fabro

do ITS, Diego Canabarro e Vinicius Santos da assessoria do CGI, eu e a Raquel Gatto da ISOC. Nessa oportunidade, houve o reconhecimento por parte de todos de que as iniciativas da UIT e IGF, assim como no âmbito nacional - CGI e ANATEL, precisam ser coordenadas e que é incompreensível que dois fóruns da ONU que passarão a tratar de temas sobrepostos no campo da Internet, tenham reuniões em datas coincidentes, impedindo que todos possam participar das duas iniciativas e reduzindo justamente a participação governamental no espaço multissetorial do IGF.

## **II – Reunião CITELE – Preparatória para a Plenipotenciária 2018**

A reunião da CITELE ocorrida de 20 a 24 de agosto teve como objetivo fechar as propostas dos Estados Americanos para a reunião Plenipotenciária da UIT que acontece de 4 em 4 anos para redefinir os termos de resoluções editadas pela organização.

Sendo assim, nos dias seguintes ao seminário, passamos propriamente às reuniões da CITELE, com debates e negociações a respeito de resoluções específicas que serão tratadas na Plenipotenciária no final do ano. Muitas delas deixam claro que temas fundamentais de Internet serão tratados no âmbito da UIT. Depois enviarei os arquivos com os textos mais sensíveis.

Em nenhum momento houve qualquer sombra de questionamento sobre a competência da UIT para tratar de temas típicos de Internet.

Na minha avaliação, a atuação regulatória da UIT sobre temas de Internet é um processo irreversível, pois os governos que dominam os processos com muita influência de grandes empresas, não vão abrir mão de passar a ter mais controle sobre as atividades de exploração da Internet seja pelo aspecto econômico, seja pelo aspecto do controle dos processos de coleta de dados, privacidade, cibersegurança e questões conexas.

Entendo que está na hora de revermos nossas estratégias com relação a como atuarmos e como conseguirmos espaços de participação nesse novo horizonte.

Ou seja, nesse quadro, a fala da nova roupagem do multissetorialismo faz todo o sentido e será relevante que o CGI.br não só se repositone frente a esse novo quadro, mas também crie mecanismos de integração com a

ANATEL para tratar dos temas abordados pela UIT, já que, de acordo com o art. 19, inc. II, da Lei Geral de Telecomunicações, é a agência que “representa o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações, sob a coordenação do Poder Executivo”.

Aproveito para contar que na última reunião do CGI, ao tratar do LACIGF, o embaixador Benedicto fez críticas sobre a baixa participação de governos naquele fórum, o que levanta a reflexão a respeito da importância deste espaço como instrumento de definição de diretrizes de governança da Internet que contemple de forma mais focada as necessidades dos países da América Latina.

Entre as propostas interamericanas fechadas na CITEL (IAPs) que serão levadas a reunião plenipotenciária na UIT, há dois destaques que considero positivos:

1 - uma preocupação grande em encontrar mecanismos regulatórios para promover investimentos em infraestrutura para "cerrar la brecha digital" com a previsão de que se considerem as práticas de uso de fundos públicos. Inclusive porque fiquei sabendo que a dificuldade de liberação dos recursos desse tipo de fundo não é um problema só nosso, como no caso do FUST e FISTEL e

2 - Implementar espaços para a participação da sociedade civil com a preocupação de reduzir o valor para ingressar na UIT, na medida em que a participação na UIT, mesmo sem direito a voto demanda um pagamento bastante alto – milhares de dólares anualmente.

Informo ainda que consegui fazer uma conversa bastante interessante com o Bruno Ramos, que é o diretor do escritório regional das Américas da UIT, que concorda que é importante integrar os debates feitos nos fóruns multissetoriais com a UIT.

Se dispôs a ir falar sobre isso no CGI, o que acho fundamental, pois tem uma visão mais aberta quanto à possibilidade de integração e coordenação das atuações da ANATEL e MRE com o CGI.

### III – As Resoluções aprovadas

Na reunião da CITEL foram aprovadas 53 IAPs, sendo que 18 delas foram elaboradas e propostas pelo Brasil e outras 32, contaram com o apoio brasileiro.

Entre as IAPs não apoiadas pelo Brasil estavam a Resolução 130, que tratava de segurança cibernética, proposta pelo México e EUA e a Resolução 101, que trata sobre redes IP, proposta pelo México.

Conforme relatório elaborado pela assessoria do CGI.br, que acompanhou a reunião da CITEL temos:

#### **ANEXO I – Lista de propostas discutidas/aprovadas em Washington**

##### ***Coordenação “ADM, governança e finanças” (Vernita Harris, EUA)***

###### *IAPs apoiadas pelo Brasil*

- IAP 2: Res. 48, Plano Estratégico de RH, CAN (doc. 695r1)
- IAP 4: Res. 165, Prazos para envio de contribuições à UIT, EUA (doc. 684r2)
- IAP 5: Dec. 11, CWGs, EUA (doc. 687r1)
- IAP 6: Nova Dec., CWG-ADM, EUA (doc. 739r1)
- IAP 20: Res. 2, FMPT, EUA (doc. 681r3)
- IAP 21: Res. 154, Idiomas, EUA (doc. 682r2)
- IAP 26, NOC Res. 152, Cobranças aos Membros do Setor, EUA (doc. 732r1)
- IAP 27: Nova Res., ITU Journal-ICT discoveries, ARG (doc. 759)
- IAP 30: Dec. 5, Plano financeiro da UIT, EUA (doc. 734r1)
- IAP 40: Nova Res. Melhoria de fellowships, EUA (doc. 748)
- IAP 42: Nova Res., Otimização de resoluções, EUA (doc. 756r1)
- IAP 43: Nova Dec., 6º FMPT, EUA (doc. 728r1)
- IAP 49: Res. 71a1, Plano Estratégico da UIT, EUA (doc. 735p1r1)
- IAP 50: Nova Res., PMEs, ARG (doc. 757r2)
- **IAP 51: SUP Res. 187, Participação de membros do setor, EUA (doc. 731r1)**
- IAP 52: Res. 71a2, Plano Estratégico da UIT, EUA (doc. 735p2r2)

###### *IAPs de autoria do Brasil*

- IAP 7: Novo GR e Decisão, Audiências e ética, BRA (doc. 700)
- IAP 8: Res. 146, ITRs e CMTI, BRA (doc. 699r2c1)
- IAP 9: Res. 66, Publicações da UIT, BRA (doc. 762)
- IAP 10: Res. 157, Projetos na UIT, BRA (doc. 768r1)
- IAP 11: SUP Dec. 13, Projetos na UIT, BRA (doc. 768r1)
- IAP 12: SUP Res. 135, Projetos na UIT, BRA (doc. 768r1)
- IAP 22: Res. 72, Planos Estrat./Fin./Oper., BRA (doc. 683r2)
- IAP 24: Res. 77, Calendário de eventos da UIT, BRA (doc. 764r1)
- IAP 25, SUP Res. 111, Feriados religiosos, BRA (doc. 764r1)
- IAP 29: Res. 151, Gestão baseada em resultados, BRA (doc. 767r1)
- IAP 41: Res. 166, Presidentes e vice-presidentes de grupos, BRA (doc. 769r1)

*Propostas não aprovadas na CITEL*

- SUP Res. 11, UIT Telecom, EUA (doc. 726)
- Res. 14 (DIAP 17), Participação de membros do setor, BRA(doc. 697), MEX (doc. 755)
- Res. 58, Organizações regionais, BRA (doc. 761)
- Res. 187, Participação de Membros do Setor, BRA (doc. 703), EUA (doc. 731)
- Res. 192 (DIAP 6), MoUs, EUA(doc. 685r1), MEX (doc. 754)
- Nova Res. Participação em reuniões da UIT, EUA (doc. 730)

**Coordenação “Internet” (Miguel Muñoz, México) / Coordenação 5.3 – “Segurança Cibernética” (idem)**

*IAPs apoiadas pelo Brasil*

- IAP 34: Res. 180, IPv6, EUA (doc. 738r2)
- IAP 48: Res. 133, Multilinguagem, EUA (doc. 737r2)

*IAPs de autoria do Brasil*

- IAP 33: Res. 102, CWG-Internet, BRA (doc. 698r3)

*IAPs aprovadas sem apoio do Brasil*

- IAP 35: Res. 130, Segurança cibernética, MEX/EUA (doc. 749r1)
- IAP 38: Res. 101, Redes IP, MEX (doc. 704r3)

**Coordenação “Normalização” (Oscar Avellaneda, Canadá)**

*IAPs apoiadas pelo Brasil*

- IAP 3, Res. 188, Equipamentos falsificados, CAN (doc. 679r1)
- IAP 15, SUP Res. 89, TELEX, CAN (doc. 725)
- IAP 32, Res. 177, Conformidade e Interoperabilidade, CAN (doc. 724r3)
- IAP 31, Res. 189, Equipamentos roubados, ARG (doc. 713r5)

*IAPs de autoria do Brasil*

- IAP 46: Res. 197, IoTs, BRA (doc. 773r2)
- IAP 47: Nova Dec., Grupos regionais na UIT-T, BRA (doc. 744r2)

### **Coordenação “Radiocomunicações” (Greg Ratta, EUA)**

#### *IAPs apoiadas pelo Brasil*

- IAP 1: SUP Res. 185, Global Flight Tracking, CAN (doc. 676r1)
- IAP 14: Nova Dec., UIT declina função de supervisora dos ativos espaciais, EUA (doc. 736r1)
- IAP 16: NOC Res. 119, Junta de Regulação de Rádio (RRB), EUA(doc. 747r1)

#### *Propostas não aprovadas na CITEL*

- Res. 86, Satélites, MEX (doc. 746)
- SUP Res. 186, Outer space activities, MEX (doc. 708)

### **Coordenação “Desenvolvimento” (Amparo Arango, República Dominicana)**

#### *IAPs apoiadas pelo Brasil*

- IAP 13: Res. 203, Banda larga, EUA (doc. 689r4)
- IAP 17: Res. 136, Desastres e comunicações de emergência, EUA (doc. 743r1)
- IAP 18: Res. 196, Consumidores, ARG (doc. 712r3)
- IAP 23: Res. 175, Acessibilidade, EUA (doc. 709r3)
- IAP 37: Res. 70, Igualdade de gênero, MEX (doc. 707r2)
- IAP 53: Res. 25, Presença regional da UIT, ARG (doc. 677r3)

#### *IAPs de autoria do Brasil*

- IAP 19: Res. 198, Jovens nas TICs, BRA (doc. 774r1)
- IAP 36: Res. 131, Estatísticas na UIT, BRA (doc. 702r1)
- IAP 39: Res. 179, Proteção à criança online, BRA (doc. 771)
- IAP 44: Res. 201, Aplicações TICs, BRA (doc. 775)
- IAP 54: Res. 139, Redução do hiato digital, ARG (doc. 711), BRA (doc. 766r1)

#### *IAPs aprovadas sem apoio do Brasil*

- IAP 45: Nova Res., Novos atores no hiato digital, MEX (doc. 745r1)

#### *Propostas não aprovadas na CITEEL*

- Nova Res. Gênero nos oficiais eleitos, ARG (doc. 714)
- Res. 182, Mudanças climáticas e meio-ambiente, BRA (doc. 772)

## **ANEXO 2 – Propostas provenientes de outros países/regiões**

#### *Propostas já aprovadas*

- Res. 25: Presença regional da UIT (Árabes)
- Res. 102: CWG-Internet (CEPT)
- Res. 130: Segurança cibernética (CEPT, Árabes)
- Res. 146: ITRs e CMTI (Árabes)
- Res. 169: Academia (Árabes)
- Res. 177: Conformidade e interoperabilidade (Árabes)
- Res. 188: Equipamentos falsificados (CEPT)
- SUP Res. 194: Novo HQ da UIT (Árabes)
- Res. 197: IoT (CEPT, Árabes)
- Nova Resolução: Inteligência Artificial para os SDGs (Árabes)
- Nova Resolução: OTTs (Árabes e RCC)
- Nova Resolução: PMEs (Árabes)



- Res. 180: IPV6 (CEPT, Árabes, RCC)
- SUP Res. 185: Global Flight Tracking (CEPT, Árabes)
- Res. 191: Coordenação entre os setores (CEPT, RCC)
- Res. 192: MoUs (Árabes)
- Res. 200: Connect 2020 (CEPT, Árabes)
- Nova Resolução: Serviços financeiros digitais (Árabes)
- Nova Resolução: Big Data (RCC)
- Nova Resolução: UIT como supervisora dos ativos espaciais (CEPT)
- Nova Resolução: Fortalecimento dos resultados da UIT (CEPT)
- Nova Resolução: Reduzir o número de resoluções da UIT (CEPT)
- Nova Resolução: Papel da UIT na promoção de inovação centrada nas TIC, em benefício da economia digital (CEPT)

#### *Propostas em discussão*

- Dec. 5: Plano financeiro (CEPT, RCC)
- Dec. 11: CWGs (CEPT)
- SUP Res. 7: CMRs regionais (Árabes)
- Res. 41: Inadimplentes (CEPT, RCC)
- Res. 64: Acesso não-discriminatório (Árabes)
- Res. 70: Igualdade de gênero (CEPT)
- SUP Res. 86: Satélites (Árabes)
- SUP Res. 89: Telex (Árabes)
- NOC Res. 91: Recuperação de custos para publicações e serviços (CEPT)
- Res. 94: Auditoria das contas da UIT (CEPT)
- Res. 101: Redes IP (CEPT, Árabes, RCC)
- Res. 131: Estatísticas na UIT (CEPT, Árabes)
- Res. 133: Multilinguagem (CEPT, Árabes, RCC)
- Res. 136: Desastres e comunicações de Emergência (CEPT, Árabes)
- Res. 137: NGN (Árabes, fundir com a Res. 203)
- Res. 140: WSIS e SDGs (CEPT, Árabes, RCC)
- NOC Res. 145: Participação de observadores (CEPT)
- Res. 152: Cobranças de membros do setor (CEPT)
- Res. 154: Idiomas (CEPT)
- Res. 162: IMAC (CEPT, RCC)
- Res. 179: Proteção da criança online (CEPT, Árabes)